

Posse

Goiás - GO

Histórico

O primitivo arraial de Posse, situado abaixo da confluência do Rio Prata com o Corrente, zona campestre de magníficas pastagens naturais, foi fundado, no início do século XIX, por imigrantes nordestinos que, fugindo às secas, vinham à procura de boas terras para o cultivo de cereais.

Nessa região, conhecida por Buenos Aires, em homenagem aos descendentes de argentinos, portugueses e uruguaios, cuja existência é lembrada pela denominação dos cursos d'água: Rios Corrente, Prata e Porto Buenos Aires; o pastoreio, o curral, a lavoura e o engenho constituíram as bases econômicas da povoação.

O impaludismo provocou a decadência do povoado, logo nos primeiros anos de sua fundação, e a conseqüente retirada dos habitantes para a zona da chapada, fronteira à Serra Geral ou das Araras, onde se formou o novo povoado de "Posse", topônimo decorrente do "apoderamento" da área à margem do Córrego Passagem dos Gerais, pelos primitivos habitantes.

Nazário da Silva Ribeiro, o fundador, construiu inicialmente uma capela em louvor a Nossa Senhora Santana, em torno da qual foram surgindo várias moradas, e com o rápido desenvolvimento da indústria rural, agricultura e criação de gado, o povoado passou a distrito, pela Resolução Provincial nº 11, de 24 de novembro de 1855.

Sua autonomia municipal foi concedida, em 19 de julho de 1872, pela Resolução Provincial nº 485, com a nova denominação de "Nossa Senhora Santana de Posse", mais tarde mudado para o topônimo original: POSSE.

O grande salto para o desenvolvimento de Posse foi dado com a inauguração da rodovia asfaltada BR-020, Brasília-Salvador, que passa pelo município, a partir dos fins da década de 1970.

Gentílico: possense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora Santana da Posse, ex-povoado, pela lei ou resolução provincial nº 11, de 24-11-1855, no município de São Domingos.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Nossa Senhora Santana da Posse, pela lei ou resolução provincial nº 485, de 19-07-1872, desmembrado de São Domingos. Constituído do distrito sede. Instalado em 20-07-1874.

Pela lei municipal nº 3, de 29-11-1906, é criado o distrito de Boa Vista da Posse e Riachão e anexado ao município de Posse.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município já denominado Posse é constituído de 3 distritos: Posse, Boa Vista da Posse e Riachão.

Em divisão Administrativa referente ao ano de 1933 município aparece constituído de 4 distritos: Posse, Boa Vista da Posse, Iracema e Riachão.

Pelo decreto-lei estadual nº 1233, de 31-10-1938, o distrito de Boa Vista da Posse foi extinto, sendo seu território anexado ao distrito de Iracema.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Posse, Iracema e Riachão.

Pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943, o distrito de Iracema passou a denominar-se Iaciara e o distrito de Riachão a denominar-se Mambaí.

Em divisão territorial vigente em 1-VII-1950, o município é constituído de 3 distritos: Posse, Iaciara e Mambaí.

Pela lei estadual nº 2121, de 14-11-1958, desmembra do município de Posse o distrito de Mambaí. Elevado à categoria de município.

Pela lei estadual nº 2122, de 14-11-1958, desmembra do município de Posse o distrito de Iaciara. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede.

Pela lei estadual nº 9173, de 14-05-1982, é criado o distrito de Simolândia e anexado ao município de Posse.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o distrito de Simolândia, figura no município de Posse.

Pela lei estadual nº 10448, de 14-01-1988, desmembra do município de Posse o distrito de Simolândia. Elevado á categoria de município.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica municipal

Nossa Senhora Santana da Posse para Posse alterada, em 1991.

Alterações toponímicas distritais

Iracema para Iaciara alterada, pela lei estadual nº 8305, de 31-12-1943.

Riachão para Mambaí alterada, pela Lei Estadual nº 8305, de 31-12-1943.